

Consumo, hiperurbano, lei e laser – padrão ouro e comunicação

*O consumo conspicuo de bens com valor é uma forma de
boa reputação do cavalheiro do laser.*

Thorstein Veblen

Entramos num supermercado e encontramos com facilidade, muitas vezes a preços extremamente baixos, clássicas obras cinematográficas, armazenadas num sistema de concentração informacional em alta definição conhecido como DVD – iniciais de *digital video disc* ou mesmo de *digital versatile disc*, neste caso especialmente quando o sistema não é utilizado

com vídeo.

Em favelas, cortiços, ou antigos edifícios em ruínas com concentrações humanas muito pobres, encontramos condições extremamente precárias de vida, pessoas miseráveis que não têm, muitas vezes, nem mesmo água limpa para beber. Mas, não é raro encontrar televisores, leitores de vídeo, de cd ou de DVD, rádios, aparelhos de microondas, *freezers*, telefones celulares ou computadores.

Ainda mais relevante é o fato dessas pessoas se encontrarem mais frequentemente nas grandes cidades, que passaram a estar espalhadas por todo o planeta.

Em 1958, no seu célebre livro *The Affluent Society*, escrito na Suíça, Galbraith anunciava – manifestando uma notável capacidade de previsão e antecipando a realidade que seria evidente cinquenta ou mais anos depois – que as clássicas leis da economia tinham sido feitas para um mundo de ricos e pobres, mas não para o novo mundo que

Para ele, a única saída para um universo do híper consumo seria a híper educação – curiosamente, em aparente contradição com o que caracterizaria a sociedade *low power*.

A passagem para o híper consumo encontra referência direta na híper produção. Enquanto que em 1910 a fabricação do *Ford T* saltou de um veículo a cada doze horas e vinte e oito minutos para um veículo a cada uma hora e trinta e três minutos apenas quatro anos mais tarde; somente uma das fábricas *Ford* produzia quase um carro por minuto em 2003.

A mudança de escala, em todos os sentidos, foi vertiginosa.

Num mundo da *afluência*, a própria cidade deixou de ser a representação da alta concentração de poder, revelando um tecido de descontinuidades surpreendentes, muitas vezes contrariando a clássica figura de centro e periferia.

Na Antiguidade, a cidade possuía um rei – que era a autoridade máxima local. Esse conceito navegou quase intato até ao século XX, quando em muitas cidades o seu líder político era incontestável.

Mas, nas grandes metrópoles dos últimos anos do século XX, muitas delas transformadas em megacidades, boa parte da população nem sabia quem era o líder político – que se transformou em mero burocrata de impostos e rico feitor de obras públicas.

Paralelamente ao antigo *alto poder* que se transformou numa imensa estrutura desencarnada, sem a figura humana do indivíduo – como acontece com gigantescas empresas espalhadas por diversos países, sem proprietários identificáveis, por exemplo – associou-se um *baixo poder* espalhado por milhões de vorazes consumidores.

Se antes as companhias eram a forma de

criar imensas fortunas pessoais e familiares para os seus proprietários, o objetivo delas passou a ser a geração de riqueza para milhões de acionistas a partir da década de 1980, num processo que foi revertido no final do século XX, transformando-se na criação de fortunas pessoais para os seus administradores.

Em 2006, o administrador de uma grande corporação recebia em média mais de oito vezes o que era pago vinte anos antes, nos anos 1980, em valores presentes, isto é, corrigidos. Nos anos 1980, os administradores das grandes companhias recebiam salários quarenta vezes mais altos que um trabalhador comum. Em 2001, a média dos pacotes salariais de administradores de topo era mais de trezentas e cinquenta vezes mais alto que aqueles pagos aos trabalhadores comuns.

Rapidamente, os objetivos dos administradores se tornaram, em muitos casos, totalmente divorciados dos interesses dos acionistas ou mesmo das próprias empresas.

Assim, dentro das grandes corporações – tal como dentro dos Estados – em oposição a uma generalizada classe *low power*, surgiu uma nova classe aristocrática, relativamente independente dos seus méritos ou competências, mas fortemente suportada pelos negócios políticos.

As cidades passaram a estar ligadas dinamicamente entre si, transformando tudo, mesmo o campo, num complexo *híperurbano*. Por essa via, o planeta se tornou numa espécie de *hípercidade*.

A intensa distribuição de recursos, das mais diversas naturezas, em artefatos materiais e imateriais, acessíveis a um grande número de pessoas projetou uma nova sociedade, com novos tipos de relação, de expectativas e de temores.

O mesmo aconteceu com a arte – antes concentrada num personagem principal, o artista, e num momento único, transformou-se na explosão

fazer sentido. Não mais se trata da reprodutibilidade técnica, como brilhantemente alertava Walter Benjamin, mas do surgimento de obras na rede de telecomunicação interativa em *tempo real*.

Não apenas, a obra de arte passou a se expandir livremente pelas artes gráficas, pelo cinema, televisão e pelo chamado desenho industrial – que também não mais é puramente industrial – entre outros.

O valor da obra de arte na era mecânica obedecia ao princípio da raridade – o objeto único, de difícil alcance. O valor da obra de arte na era da sociedade *low power*, obedece ao princípio da visibilidade – quanto mais visível, mais desejável.

Nos anos 1980, Alvin Toffler cunhou a expressão *prossumidor* – designando o produtor dos artefatos para o seu próprio consumo, fenômeno que tem gradualmente caracterizado boa parte das atividades humanas nos primeiros anos do século XXI.

Um fenômeno que reduz dramaticamente o sentido de identidade e promove, por outro lado, um aumento da violência. Violência nada mais é que a busca pela identidade.

Esquecemos, muitas vezes, de que aquilo a que chamamos de *corrupção* também é um ato de violência. Etimologicamente, a palavra *corrupção* significa *romper junto*, indicando uma *destruição*, o *rompimento* de uma condição.

Sociedades com menos identidade se tornam mais violentas e mais corruptas.

Com rápidas mudanças, o sentido de identidade se torna volátil, aumentando a violência e a corrupção. Foi o que aconteceu em torno do século XIII na Europa, quando a expansão da produção de papel gerou uma profunda metamorfose social.

Então, a temperatura dos fornos aumentou rapidamente, a produção de vidro conheceu uma

A rápida mudança da estratégia de pensamento no final da Idade Média implicou uma volatilização da identidade.

Quando uma pessoa tem uma profissão e a desempenha ao longo dos anos, constrói uma identidade. Mas, se estiver fluando entre empregos de naturezas diferentes – tal como acontece com a sociedade *low power* – o seu sentido de identidade tenderá a ser reduzido. Não é apenas a diminuição da identidade através do desemprego e da carência de meios de sobrevivência que produz violência, mas também a falta de *profissão*, de *identidade na ação*.

Gradualmente, a única preocupação social relevante passou a ser a sobrevivência, jogo de *soma zero*, como animais numa selva. Uma situação de tal forma instável que levou a muitos a preferir um ditador à liberdade, ou a considerar aceitáveis regimes ditatoriais como o chinês no início do terceiro milênio.

O mundo da desconcentração também projeta, paralelamente ao consumo, o entretenimento como elemento social básico. O entretenimento implica, pela sua própria natureza, um forte caráter dispersivo – buscando uma grande média e um grande público.

Em última análise, o consumo e o entretenimento pertencem ao mesmo fenômeno lógico da dispersão.

Lugares de compras – tal como supermercados, hipermercados, centros comerciais ou grandes superfícies especializadas como a *FNAC*, o *Décathlon* ou a *Ikea* entre outras – tornaram-se verdadeiros centros de lazer, onde o *consumo contínuo* é explorado em todas as suas formas, com espetáculos de música popular, cafés, projeção de filmes, entrevistas com personalidades famosas e distribuição gratuita dos mais variados tipos de brindes e *gadgets*.

Assim, em diversos países foi emergindo um novo comportamento social. Empresários que fazem tudo ilegal, intencionalmente, pois a complicação resultante das frequentes mudanças reduz em muito a eficiência dos tribunais. Pessoas que agem desonestamente nos negócios, para evitar as armadilhas da burocracia que condenariam o seu esforço. Empresas, de qualquer dimensão, que sistematicamente não cumprem com os seus compromissos porque poucos clientes se darão ao trabalho de reclamar, também devido à flagrante ineficiência dos tribunais. Uma situação que fez surgir uma questão, comum às mais diferentes sociedades: haveria ainda um lugar para as pessoas honestas?

A palavra *honestidade* surge do Latim *honor*, que gerou a expressão *honra* – e honra é algo diretamente dependente do indivíduo!

Por outro lado, a burocracia elimina a necessidade de credibilidade. Com ela não há mais a importância de se crer, fiar, acreditar nas

peças. A burocracia elimina o antigo valor dado à honra. Tudo passa a ser estabelecido através de formais compromissos impessoais, de números e fichas.

Nesse ambiente fortemente burocrático, para muitas pessoas, a solução de sobrevivência passou a ser simplesmente a imobilidade – porque quando alguém nada faz há menos razões para ser criticado e, de alguma forma, prejudicado.

Como essa realidade também *desenhava* o comportamento dos chamados serviços públicos, uma nova componente policial emergiu: fazer cumprir pela força, o que era estabelecido pela burocracia.

Em diversos países foi criado um princípio que poucos anos antes teria feito com que as pessoas tremessem de horror: quando surge uma cobrança do Estado contra o cidadão considerada errada ou abusiva, este terá de pagar antecipadamente para ter o direito de defesa! Tal como acontecia em

Gradualmente, praticamente todos os países do mundo abandonaram o princípio do *gold standard*. O crescimento de capital nos últimos duzentos anos foi tal que poucos economistas poderiam sustentar uma volta aos antigos padrões financeiros.

Mas, o abandono do *gold standard* produziu uma interessante questão: quanto capital existe realmente no mundo?

Algumas vezes indicavam que apenas cerca de 15% do capital mundial possuía algum tipo de lastro. Isto é, a maior parte do capital em todo o mundo nada mais seria que pura abstração.

A crise planetária iniciada em setembro de 2008 fez temer um colapso do sistema financeiro mundial. No dia 21 de dezembro de 2008, Miguel Angel Fernandez Ordonez, governador do Banco Central da Espanha, alertou para o fato de o mundo estar para enfrentar um colapso do sistema financeiro internacional.

A resposta a essa situação foi reduzir dramaticamente a taxa de juros, intervir ilegalmente nos mercados e expandir a base monetária – mecanismos que pareciam fazer o mundo mergulhar ainda mais profundamente no universo *low power*.

Curiosamente, trata-se de um universo onde funciona uma grande média de baixo poder, evidenciando o fenômeno identificado por Kuznets décadas antes: em sociedades pobres o crescimento econômico faz aumentar a disparidade entre ricos e pobres. Agora, imagine-se esse fenômeno num cenário de pobreza relativa média generalizada, onde passou a existir uma super concentração de riqueza tornando as pessoas muito ricas praticamente inexistentes em termos estatísticos. A maior parte da população passou a ser relativamente rica e relativamente pobre, com exceções de gigantescas concentrações de riqueza.

os símbolos para a imagem do mundo que construía à sua frente: tudo mais subjetivo, sem responsabilidade individual e fortemente relativo – dados essenciais para a compreensão da sociedade *low power* e de uma cultura *low cost*.

Schumacher foi um grande filósofo, economista, que amava a jardinagem. Morreu no dia quatro de setembro de 1977, aos sessenta e seis anos de idade, durante uma série de conferências na Suíça.